

ADEQUAÇÃO DAS PORTARIAS DE PESCA ATRAVÉS DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ.

Cotrim, D.S.; Costa, F.M.; Dietz, D.A.; Francisco, P. S.; Kollet, M.; Lunardi, S.M.; Pinto, A.L.S.; Pinto, J. A. C. ASCAR-EMATER/RS e-mail cotrim@emater.tche.br.

INTRODUÇÃO:

A pesca realizada por pescadores profissionais tem ordenamento de seus parâmetros através de portarias editadas oficialmente pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) que é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. A tônica dominante na construção destas portarias é a geração de regras por profissionais da área biológica considerando problemas localizados em partes da Bacia Hidrográfica (de cima para baixo). Normalmente a implementação destas portarias se faz através da fiscalização através das Patrulhas do Batalhão Ambiental.

Enquanto a geração de portarias de pesca estão a cargo do IBAMA a gestão das questões do pescador e da pesca são realizadas pela SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca) que tem status de ministério gerando dificuldades na solução de problemas da atividade.

A experiência realizada no Litoral Norte do RS enfoca a construção de portarias de pesca a partir do pescador (de baixo para cima) utilizando metodologias participativas para sistematizar as propostas . O segundo momento do processo foi o debate com os profissionais da área biológica para ajustes entre o saber dos pescadores e o saber técnico. A finalização foi a edição de uma Portaria Interministerial (Meio Ambiente e Agricultura) que ordena a pesca em toda Bacia do Rio Tramandaí.

Esta experiência desenrolou-se no período de 2000 a 2004 nos municípios de Torres, Três Cachoeiras, Terra de Areia, Arroio do Sal, Capão da Canoa, Maquiné, Osório, Imbé e Tramandaí, cidades situadas no Litoral Norte do RS .

Os principais atores do processo são as comunidades pesqueiras do Litoral Norte do RS; o IBAMA através do Escritório Regional de Tramandaí; e a EMATER/RS através dos profissionais do escritórios municipais e regional.

Para adequar as atuais portarias de pesca a um modelo mais democrático de ordenamento foram realizadas, pela Extensão, reuniões nas comunidades pesqueiras para levantamento das demandas dos pescadores em relação a legislação, usando para

isso ferramentas participativas. Após esta fase o IBAMA analisou o resultado e construiu uma nova legislação .

A constituição da Portaria Interministerial, à partir do trabalho descrito, foi o resultado principal do processo, porém inúmeros avanços organizacionais das comunidades pesqueiras foram obtidos durante o desenrolar da experiência, bem como, ampliação da preservação ambiental. **PALAVRAS-CHAVE:** Portarias; Pesca; Metodologias Participativas

DESENVOLVIMENTO

No Litoral Norte do RS encontra-se a pesca de subsistência e artesanal realizada: nas praias da faixa litorânea entre os municípios de Tavares e Torres; nas lagoas costeiras de água doce da Itapeva, Quadros, Malvas, Pinguela, Custódia, Patos e outras pequenas de menor importância; e no estuário da lagoa de Tramandaí. Esta atividade envolve na região 3.664 famílias de pescadores (EMATER 2004).

A pesca por ser uma atividade que explora um espaço coletivo possui conflitos com diversas categorias como veranistas, proprietários de embarcações de lazer, surfistas, etc. Porém, talvez o principal conflito da categoria seja com os próprios pescadores, visto que, os estoques pesqueiros da região estão sendo explorados acima da capacidade sustentável e conseqüentemente os ganhos individuais por pescador diminuem gradativamente com o passar dos anos gerando pobreza. Outra característica deste sistema de lagoas é o contato com o mar apenas em um ponto no estuário de Tramandaí. A entrada de peixes do mar para as lagoas se faz apenas através desta porta o que demonstra uma importante inter-relação dos pescadores do estuário com os das lagoas costeiras.

As portarias que regem a pesca na região são leis que buscam normatizar o uso do espaço coletivo para possibilitar o trabalho das famílias pescadoras e manter um equilíbrio ecológico. Uma característica na construção das portarias é serem produzidas por profissionais técnico da área biológica em um processo de cima para baixo. Outra característica é que as portarias são pensadas analisando uma parte da Bacia Hidrográfica não atendendo as relações sistêmicas entre os ambientes.

O problema da inadequação das portarias atingia todos os pescadores da Bacia do Rio Tramandaí, tanto os de pesca de estuário próximo ao mar como os de pesca de água doce das lagoas litorâneas. As portaria que os normatizavam eram diferentes e conflituosas (Portaria 22/79 e Portaria 108/85 do IBAMA).

Devido a Bacia do Rio Tramandaí ser extensa o processo de construção de uma nova portaria ocorreu em duas frentes simultaneamente: Uma na lagoas internas de água doce envolvendo seis comunidades de diversos municípios ; e outra da região estuarina envolvendo as comunidades dos municípios de Tramandaí e Imbé. A Extensão Pesqueira foi o ator que catalisou estas duas frentes do processo através do uso das metodologias participativas na condução do debate com os pescadores. A presença dos extensionistas da Ascar/ EMATER-RS em todas comunidades pesqueiras foi fator preponderante para realização desta ação.

No trabalho nas lagoas internas de água doce foram realizadas seis reuniões nas comunidades pesqueiras de Barra dos Quirinos, Barra do Cornélios, Sanga Funda, Prainha, Barra do João Pedro e Capão da Canoa onde levantou-se em debate sistematizado por visualização móvel os anseios e dos pescadores a partir da portaria 22/79 que regia aquele parte da bacia. Posteriormente realizou-se reunião geral das comunidades na Barra do João Pedro onde construiu-se a partir dos materiais da rodada inicial as demandas regionais passando por um métodos de votação para validação. O terceiro momento deste processo foi uma reunião IBAMA (grupo técnico) com representação comunitária dos pescadores, assessorada pela EMATER-RS , onde as demandas regionais foram discutidas e contraposto ao saber técnico e o saber local dos pescadores. O debate envolveu os temas: malha das redes, áreas de reprodução das espécies, épocas de piracema, artes de pesca, entre outros pontos. O ultimo ponto deste processo ficou a cargo do IBAMA que traduziu o resultado sistematizado do debate em uma nova portaria de pesca.

A segunda frente do processo ocorreu na região estuarina ao redor de Tramandaí. Nestas comunidades havia um debate antigo que era realizado por entidades representativas como Prefeituras Municipais, IBAMA, Sindicato dos Pescadores EMATER-RS e Patrulha Ambiental sobre temas que necessariamente teriam que ser modificados na portaria que regia a região. Este debate centrava-se principalmente no volume de arte de pesca para captura do camarão rosa e o ordenamento dos locais desta pesca. Com o andar deste grupo gerou-se uma proposta das representações de portaria que possuía muitos pontos conflituosos. O segundo momento deste processo foi a tradução da proposta (pontos chaves) em uma linguagem visual através de visualização móvel que ficou a cargo da EMATER-RS. O terceiro momento foi a realização, pela EMATER-RS, de quatro reuniões comunitárias para apresentação da proposta, em visualização móvel, e o debate com as comunidades a luz da realidade local. O ultimo momento do processo foi

sistematização do obtido nos debates, pela EMATER-RS, e encaminhamento ao IBAMA para adequação da portaria.

As duas frentes do processo encontraram-se neste ponto onde o IBAMA de posse das duas propostas de portaria escreveu uma “nova portaria” que acata as demandas comunitárias dos pescadores profissionais, resguarda os métodos e locais de reprodução natural das espécies, busca um equilíbrio sustentável para exploração dos estoques pesqueiros e imprime uma visão de ordenamento pesqueiro da Bacia Hidrográfica, visto que, a nova portaria rege tanto o ambiente estuarino como o das lagoas internas . Outra inovação é esta nova portaria ser assinada por dois ministérios, o de Meio Ambiente e o da Pesca, proporcionando avanços na formatação da legislação e resolvendo problemas de responsabilidades mutuas.

CONCLUSÕES:

Os resultados obtidos a partir da experiência foram:

- Constituição de uma portaria interministerial construída a partir das demandas das comunidades pesqueiras que atinge a totalidade da Bacia do rio Tramandaí.
- Aumento da consciência de preservação ambiental por parte dos pescadores devido aos debates sobre o tema.
- Constituição de área de reprodução de espécies livre de pesca. (proposta dos pescadores)
- Aumento da malha de redes com captura de peixes maiores porém em menor volume (proposta dos pescadores). Diminuição das artes de pesca de camarão buscando equilíbrio sustentável.
- Aumento da organização dos pescadores. Criação de associações de pesca(sete em Tramandaí).
- Aumento da cidadania do pescador através da possibilidade de participação.
- Aumento da produção de pescado na Bacia devida ao aumento da malha de redes e das áreas e reprodução das espécies.

BIBLIOGRAFIA :

1. Metodologia de diagnóstico participativo para o apoio ao trabalho de Extensão Pesqueira junto as famílias de pescadores artesanais no Litoral Norte do RS. Cotrim, D. S. 2003.